



Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1981

ANO VI

ATO DA PRESIDÊNCIA:

RESOLUÇÃO Nº 01/81

DATA: 21 de Maio de 1.981.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com a finalidade de consulta à população para a criação do Município de Juranda.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no território do Município de Mamborê, com a finalidade de ser consultada a respectiva população sobre a conveniência da criação do Município de Juranda.

“Ao norte começa na linha das Glebas n.ºs 15 com 22 seguindo pelo Rio Comissário, confrontando com o Município de Goierê; a Leste, por uma linha seca das Glebas n.ºs 21 e 22, até encontrar o Rio Ronquita, confrontando com o Município de Boa Esperança; a nordeste, pelo Rio Ronquita, até a cabeceira mais alta, e deste segue por uma linha seca até o Arroio Mecherical, confrontando com o Município de Boa Esperança; a Sueste, pelo Arroio Mecherical, Rio Catatumba, Rio Sununu e Rio Goio-Bang, confrontando com o Município de Mamborê, e pelo Rio Goio-Bang, com o Município de Campina da Lagoa; a Oeste, por uma linha seca, confrontando com o Município de Ubitatã; ao Sul, pela estrada velha, Juranda a Ubitatã, confrontando com o Município de Ubitatã e a Oeste, por uma linha seca, com o rumo 00º00' N, confrontando com o Município de Ubitatã, com área aproximada de 10.400 alqueires ou 260,0 quilômetros quadrados”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 21/05/81

(a) JOÃO MANSUR

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1981

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Túlio Zanchet e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli,

Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Wilson Fortes, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (56); achando-se em licença os Srs. Deputados José Tavares e Valduga (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número DTL/24/81, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o projeto de lei sob o seguinte número:

21/81: Do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, que declara de utilidade pública o CLUBE DAS VIOLETAS, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7449. — Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 27/81, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública a “CRECHE MUNDINHO DA CRIANÇA TIA NAIR”, com sede nesta Capital.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1981.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela passagem do 2.º aniversário da Escola de Recuperação de Alcoólatras e Fumantes, órgão da Associação Brasileira de Temperança, ocorrido no dia 25 transato.

O acontecimento se reveste de especial importância social, considerando-se que só no ano passado foram registradas na referida escola, cerca de 800 presenças, com elevado índice de recuperados.

Requer outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à referida instituição.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando estudos para a implantação de POSTOS DE SOCORRO FAMILIAR DA POLÍCIA MILITAR, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A violência vem aumentando assustadoramente nos últimos tempos em todo o mundo, e Paranaguá não é exceção. A população se sente cada vez mais intranquã, e com a implantação dos referidos postos, a violência passaria a ser mais controlada.

O presente requerimento reforça o pedido feito anteriormente, através de ofício.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há sempre esperanças que são renovadas em atitudes de representantes do povo brasileiro, que na consciência tranqüila, de bem atender a comunidade, aprovam projetos, negam outros, trabalham na sustentação dos princípios sadios que elevam essas representações.

Refiro-me aos Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Grossa, que negaram a autorização para que o Prefeito se ausentasse do País, em viagem ao Japão.

E o Sr. Alcaide Stanislawzuk, estrebuchou como é costumeiro, ao não ser atendido em seus caprichos.

Inclusive ameaçou vereadores e outros, com a prepotência que sempre usou e, que ganhará as próximas eleições.

São as declarações sempre atrevidas, ofensivas e vingativas do Sr. Prefeito de Ponta Grossa.

Ao afirmar que vai ganhar a eleição e mais uma vez usar das perseguições, ele está enganado, pois quem vai decidir os resultados eleitorais é o povo, e não ele, o atrevido alcaide.

Ameaçar os vereadores, dentro do seu pronunciamento da última quinta-feira, nas rádios pagas pela Prefeitura, é mais um sintoma de desespero do Sr. Stanislawzuk.

Os vereadores compreendem o povo também, que a viagem ao Japão para o alcaide de Ponta Grossa, é uma viagem de turismo, pois ele com toda sua ineficiência administrativa, não conseguiu atrair indústria alguma para Ponta Grossa durante seu mandato.

E o pior, ele as afastou com suas manobras pouco recomendáveis de usufruir proveitos pessoais para atender intentos que fogem totalmente à função de representante do povo.

E os vereadores estão sabendo; o povo também.

E o alcaide, no seu estrebuchamento das quintas-feiras, diz que pode até ir com seu dinheiro e não com o dinheiro do povo. Será que ele esqueceu que toda população de Ponta Grossa não sabe de onde provém o seu sustentáculo financeiro.

Ora, ora, Sr. Stanislawzuk, cada homem, cada pessoa, cada ser humano, cada eleitor, tem a necessária inteligência de não esquecer de onde provém sua atual condição financeira.

Os meios que foram usados são do conhecimento de todo o Paraná e parte do Brasil.

Julgo que a presença de representantes de Ponta Grossa no Japão é deveras importante, mas através de autoridade capaz e eficiente, que leve uma bagagem de incentivo para atrair indústrias e não uma bagagem que venha a comprometer ainda mais a Princesa dos Campos, que o alcaide está fazendo.

O Sr. Prefeito de Ponta Grossa está perdendo a calma e de politiqueiro atrevido e engambelador do povo, porque não pode mais envolver o povo de Ponta Grossa com palavras vazias e floreadas, pois o pontagrossense já o conhece, e bem o conhece.

Iludir seus eleitores com promessas que não teve a capacidade de cumprir, paralisou inclusive o progresso de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob a alegação de que as subprocuradorias regionais teriam melhores condições de atender, nas comarcas do interior as defesas gratuitas de réus pobres, foram criadas as mesmas e começaram a ser instaladas pelo interior.

Sabedores desta providência, a quase totalidade dos advogados paranaenses, através de decisão da OAB do Paraná ou das subseções regionais, não mais estão aceitando patrocinar defesas gratuitamente.

Ora, em muitos lugares, como por exemplo Pato Branco e Cascavel, as Sub-Procuradorias não foram instaladas, meramente em virtude de interferências partidárias.

Nomes de advogados foram indicados, mas bloqueados posteriormente pelas injunções partidárias e por tal razão ainda, não foram instaladas.

Ora, com tal situação é de se perguntar: o que vem acontecendo com as pessoas que não podem contratar advogados, se este já não mais patrocina gratuitamente suas defesas?

Na verdade, a omissão do Governo do Estado é patente neste setor. Nenhuma preocupação maior nestas regiões com problema de tal magnitude, isto porque, na seleção dos nomes de advogados, o critério não é o da competência, mas sim aqueles que se enquadram no subjetivismo dos detentores do famigerado comando político.

Casos até — se comenta — que os indicados pelo comando político, são de tal ordem deficientes que o Sr. Procurador tem se negado a aceitá-los, daí o impasse criado e o prejuízo aos mais necessitados, como disse, aqueles que não têm poder para contratar um advogado.

E ainda cantam no Paraná, aos quatro ventos, que a preocupação é o homem?

Que homem, o Homem do povo, o que constrói e sustenta o Paraná, ou o homem dos bastidores que faz da politicagem a segurança dos donos de Capitania do Paraná?

Além disso, onde fica a defesa dos interesses jurídicos que o Estdo tem nestas regiões?

De tudo isso fica evidente uma só e única coisa: o emperramento total e geral da máquina administrativa. Os longos anos sem alternância do poder, criaram no Paraná um estiolamento generalizado nas decisões administrativas, pois que sempre sujeitas às injunções daqueles que, acostumados aos vícios do próprio tempo, adotam critérios pessoais e subjetivos, quase sempre colidentes ao bem público ou ao fim social.

Urge, Sr. Presidente, que os interesses aqui focados, sejam de imediato atendidos e que o Governo decida na instalação dessas Sub-Procuradorias, porque, bem ou mal, elas foram criadas e milhares de pessoas com interesse e direitos impostergáveis, aguardam por elas.

É necessário apenas que o Estado se decida, que os detentores do comando político passem a indicar elementos gabaritados, para que a nomeação seja feita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra

ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.
O SR. DARCY DEITOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito no Grande Expediente.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lemos com atenção um artigo transcrito no “O Estado do Paraná” e depois na “Tribuna do Paraná”, sobre a liberdade de imprensa.

“A Liberdade de Imprensa em Jogo”, diz no tópico inicial, a “Tribuna do Paraná”:

“A atenção dos homens da imprensa do País e por extensão, da opinião pública brasileira, está voltada para o Paraná. A que se desenrola no Judiciário, mais uma luta das tantas que foram travadas nesta Nação, principalmente da ordem, da desordem institucional nascida em 1964. Na qual está em jogo, a primeira das liberdades: a liberdade de imprensa.

Primeiro, porque dela dependem todas as demais liberdades humanas. Todos os direitos, todas as garantias asseguradas pela Constituição.

Está nas mãos do Tribunal de Alçada do Paraná, e a decisão de colocar um paradeiro num dos grandes absurdos que se cometem contra profissionais da imprensa, contra o exercício profissional dos jornalistas em geral.

Aqui estão processados cinco jornalistas, acusados de terem noticiado entrevista que um Juiz de Direito e um Promotor Público consideraram ofensiva à honra deles.

Trago também a este Plenário, para que seja registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob o título:

“A DIVULGAÇÃO E LIBERDADE DE AÇÃO”

“Vem a Prefeitura de Ponta Grossa apresentar queixa crime contra o radialista Nilson de Oliveira, alegando que em programa de sua responsabilidade “Jornal Popular”, apresentado na Rádio Difusora de Ponta Grossa, incitou a população a não proceder o pagamento de pavimentação de vias públicas, cometendo crime previsto na Lei 5250, de 09 de fevereiro de 1967, de acordo com o artigo 16, que diz:

“Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem:

“Art. III — Prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal do Município”.

Pede o representante da Prefeitura de Ponta Grossa, a instauração de inquérito policial”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É realmente surpreendente a “queixa-crime” (entre aspas), que menciono neste pronunciamento.

As declarações em Fls. 5 e 6, alegam da afirmativa do cidadão e radialista Nilson de Oliveira, que no dia 11 do mês de fevereiro que estavam cobrando tributos de asfaltamento de ruas da cidade, de forma irregular.

Eu, Cyro Martins, Deputado Estadual, afirmo muito mais, que além da forma irregular, estão cobrando preços exorbitantes por péssimos serviços de pavimentação asfáltica.

Cabe o refrão, o adágio, de que “o honesto tem que provar que é honesto, e a ele cabe provar que o corrupto, o ladrão, é corrupto, é ladrão”. E a Justiça deixa muitas vezes de analisar as intenções do bom profissional, que no desempenho de suas funções, divulga e defende boas causas comunitárias.

E foi o que fez o radialista Nilson de Oliveira, da Rádio Difusora, como bom profissional, como responsável ante o povo, no dever de lutar e defender os direitos do cidadão pontagrossense, trouxe a público decisão do Supremo Tribunal Federal, que votou pela inconstitucionalidade da cobrança de taxa de pavimentação, em processo oriundo da cidade

de Anápolis.

É evidente que ao ler as decisões do Supremo Tribunal Federal, transcrito no jornal “Diário da Manhã”, página 33, de Goiânia, de 07 de setembro de 1980, comparou com a CIDEP de Ponta Grossa.

Leremos aqui alguns tópicos transcritos nesse órgão de divulgação:

“Com base em decisão do Supremo Tribunal Federal, todos os contribuintes que nos últimos cinco anos recolheram taxas de pavimentação e calçamento à PAVICAP — Superintendência de Obras de Pavimentação da Capital e PAVIANA — Pavimentadores de Anápolis S/A, podem exigir a devolução da quantia paga, acrescida dos juros e correção monetária apurados desde a data do recolhimento. Como o prazo para requerer judicialmente a devolução prescreve em cinco anos, os que recolheram a taxa antes de 1975 não podem mais receber.

Além de reconhecer como ilegal e inconstitucional a cobrança das taxas de pavimentação e calçamento, o Tribunal Pleno do STF, por unanimidade de votos, declarou a inconstitucionalidade dos Artigos 256 a 260 da Lei 432, de 20 de dezembro de 1973, do Município de Anápolis, que regulamenta a sua cobrança. A decisão do STF foi proferida em 29 de março de 1979, ao Recurso Extraordinário número 89.749, interposto por Pedro Barbosa de Souza e outros, contra a PAVIANA e a Prefeitura de Anápolis.

Entende o Supremo Tribunal Federal que, de acordo com o Art. 18, inciso I e II da Constituição Federal, e o Art. 10. do Decreto-Lei 195/67, a pavimentação de via pública constitui obra que justifica apenas a contribuição de melhoria. Pelo Art. 20., inciso I, do Decreto-Lei 195, de 24 de fevereiro de 1967, a contribuição de melhoria prevista na Constituição Federal compreende as seguintes obras: abertura, alargamento, pavimentação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas.

Ainda à luz do mesmo diploma legal, a cobrança da contribuição de melhoria, pela administração competente, somente poderá ser exigível quando observados os seguintes requisitos: a) delimitação das áreas direta ou indiretamente beneficiadas, com relação dos imóveis nela compreendidos;

b) memorial descritivo do projeto;

c) orçamento total ou parcial do custo das obras;

d) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados”.

Acrescento ao acima publicado pelo “Diário da Manhã de Goiânia”, algumas considerações de engenheiro, minha profissão:

Embora a Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital e PAVIANA — Pavimentadores de Anápolis tenham agido de forma honesta em prol da execução de obras de pavimentação, teve ante a decisão do Supremo Tribunal Federal, vedada provisoriamente as cobranças.

Em Ponta Grossa, através da CIDEP, os preços cobrados estão acima dos custos, com cerca de 70 por cento, se fossem realizados serviços técnicos de acordo com as exigências normais. No entanto, os serviços são péssimos, e não há possibilidade de verificação dos elementos quantitativos dos serviços executados.

Quando a CIDEP cobrava Cr\$ 6.100,00 o metro, firma pontagrossense idônea propôs em divulgação por jornal, a execução de bons serviços por Cr\$ 3.700,00 o metro.

Também o “Diário da Manhã de Goiânia” traz as normas hoje adotadas pela Companhia de Pavimentação criada em outubro do ano passado:

“Ao contrário da PAVICAP, a COMPAV não cobra taxa de pavimentação, mas contribuição de melhoria. Seu Presidente, Sebastião Pereira Caixeta, informa que dentro do plano comunitário adotado pela COMPAV, os asfaltamentos das vias

públicas são feitos atendendo iniciativa dos proprietários dos imóveis da rua a ser beneficiada, ou da própria COMPAV, desde que, através de pesquisa, sejam confirmados o interesse e a anuência de 80% dos interessados.

“O primeiro trecho que asfaltamos na Vila Nova era pequeno, por isso a comunicação feita aos proprietários dos imóveis deu-se via ofício circular. Em área maiores, divulgamos por “edital”, esclarece Caixeta. Segundo o presidente da COMPAV, o edital, além de dar conhecimento da obra, convoca todos os moradores dos bairros ou proprietários de imóveis do local onde está sendo realizado o plano, para verificarem o orçamento, cronograma, projeto e as condições em que o trabalho será levado a efeito.

Na medida em que os interessados apoiem o plano, são feitos contratos individuais com a COMPAV. Nesse contrato, fica estabelecida a forma de pagamento que poderá ser à vista ou parcelada até 24 meses. Os que não concordarem com a benfeitoria, caso ela seja aprovada por mais de 80% da população da área, serão posteriormente cobrados pela Prefeitura no valor do rateio feito entre os beneficiados.

E, foi desta forma que realizamos no período 1969-1972, a pavimentação de inúmeras ruas e avenidas de Ponta Grossa, cobrando preço justo e recebendo em prestações normais dos contribuintes, através da “contribuição de melhoria”.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao tecer relações entre o fato ocorrido em Goiânia e a Companhia gerida pelo alcaide de Ponta Grossa, o radialista Nilson de Oliveira, o fez imbuído do espírito esclarecedor ao povo da Princesa dos Campos, procurando coibir os abusos que a administração municipal realiza junto ao contribuinte, num assalto ao bolso do povo pontagrossense.

A Lei n.º 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, em seu artigo 27, diz:

“Não constituem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação:

I — a opinião desfavorável da crítica literária, artística, científica ou desportiva, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar,

II — a reprodução, integral ou resumida, desde que não constitua matéria reservada ou sigilosa, de relatórios, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas Legislativas,

III — noticiar ou comentar, resumida ou amplamente, projetos e atos do Poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito.

V — a divulgação de articulados, quotas ou alegações produzidas em juízo pelas partes ou seus procuradores;

VI — a divulgação, a discussão e a crítica de atos e decisões do Poder Executivo e seus agentes, desde que não se trate da matéria de natureza reservada ou sigilosa;

VII — a crítica às leis e a demonstração de sua inconveniência ou inoportunidade.”

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está perante este Poder Legislativo, para a meditação dos nobres Deputados, representantes do povo paranaense, como age, como procede, aquele que ontem na oposição criticava demagogicamente o Governo, e para ser mais explícito, o Governador Ney Braga.

Hoje, Ney Braga, o acolheu pela porta da cozinha, no Partido do Governo, e o alcaide de Ponta Grossa não mudou sua sistemática de tentar massacrar todos que tecem críticas devidamente fundamentadas aos atos pouco escrupulosos que faz na administração municipal.

Temos processos em andamento no Poder Judiciário de Ponta Grossa, que o incriminava como corrupto no uso indevido do dinheiro público ao apresentar seus amigos com televisões, pratarias caras, com o erário municipal.

Temos processos contra o Sr. Stanislawzuk por contratar ser-

viços com valores além dos normais, dispensando as firmas idôneas de Ponta Grossa e buscando lá fora, fontes de percepção de “outras rendas” entre aspas, para proveito próprio.

E, o Poder Judiciário, manda arquivar um desses processos, que está fartamente documentado. Por quê?

Esta dúvida é grande, mas tenho plena confiança no Poder Judiciário que deverá hoje, amanhã, ou no futuro, realizar justiça contra os corruptos, ladrões do erário público, e inocular profissionais que defendem de todas as formas, no exercício de suas funções, a comunidade pontagrossense.

Deixo registrado aqui, em plenário o meu repúdio contra a atitude do Prefeito de Ponta Grossa na queixa crime que faz ao radialista Nilson de Oliveira.

Deixo aqui registrado a confiança que tenho no Poder Judiciário, no encaminhamento e decisões finais contra o alcaide de Ponta Grossa, que estão devidamente documentados.

Deixo registrado aqui também o meu repúdio contra os falsos representantes da Secretaria de Segurança que impediu em Ponta Grossa, com a complacência do atual Secretário de Segurança.

Senhor Presidente. Senhores Deputados.

A Democracia plena é o anseio de todo um povo.

O equilíbrio dos três poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo, dentro de suas soberanias, trará realmente o benefício que o povo precisa e almeja.

Não vamos nós Deputados, interferir no Poder Judiciário, mas queremos e exigimos respeito e personalidade desse Poder para decisões corretas.

Avante com processos contra corrupção, avante contra interferências nefastas à Justiça, vamos prestigiar os honestos e por na cadeia os corruptos.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. Usará da palavra, o Senhor Deputado, Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estranhamente cinco jornalistas paranaenses estão sendo acionados na Justiça, pela divulgação de delito recentemente ocorrido no território deste Estado.

Dizemos “estranhamente” em primeiro lugar, porque como profissionais, simplesmente cumpriram a tarefa de informar e mais, cumpriram a missão intrínseca de sua atividade e isto quer me parecer, configure claramente um contraste insuportável nesta hora em que o País não só aspira, como realmente espera com sinceridade que se viva num regime amplamente democrático.

Não tenho conhecimento de qualquer regime que seja efetivamente democrático, em que liberdade de imprensa não seja a primeira das mais importantes de todas as liberdades que o homem pode cultivar.

Reage a imprensa paranaense a este processo, pela tomada de posição formal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, que emite no dia de hoje, nota oficial e ao mesmo tempo, o Paraná todo tomou conhecimento no último final de semana, de um amplo editorial publicado pelo Jornal “O Estado do Paraná”, sob o título: “Confiança na Justiça”, o qual, Senhor Presidente, requeremos seja transcrito nos Anais desta Casa e para conhecimento dos Senhores Deputados e para que se faça repercutir na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a posição do Sindicato dos Jornalistas profissionais do Estado do Paraná, nós queremos ler a nota divulgada no dia de hoje, pelo Presidente do Sindicato dos Jornalistas Paranaenses, Desidério Peron e também, pelo jornalista Washington Tadeu de Melo, pela Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, o conteúdo desta nota é o se-

guinte: (Lê)

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, representando 17 mil jornalistas brasileiros e 25 Sindicatos associados, manifestam-se publicamente sobre o processo instaurado contra cinco companheiros do Paraná, nos seguintes termos:

A decisão da Justiça do Paraná em trancar inquérito policial já em andamento contra jornalistas por suposto crime de imprensa foi, pela classe, interpretada como uma vitória da própria Justiça.

Vemos agora a mesma Justiça sendo acionada com veemência contra os mesmos jornalistas que deram guarida a uma declaração contra um Juiz e um Promotor, os quais, considerando-se ofendidos, preferiram a responsabilidade criminal ao direito de resposta, este, pressuposto básico para a livre manifestação do pensamento.

São todos os jornalistas paranaenses e brasileiros que se sentem atingidos por esta decisão, uma vez que ela fere frontalmente o requisito fundamental para o livre exercício da profissão, o respeito e a fidelidade às opiniões, aos fatos e às declarações das fontes de informação.

Não concordam os jornalistas com o procedimento adotado no Paraná por dois membros da Magistratura e Ministério Público que, na missão de julgar, não reivindicam, certamente, a imunidade às críticas e à diversidade de opiniões. De forma desapaixonada e sem buscar no exercício do jornalismo a solução de problemas pessoais, os jornalistas devem sentir-se de consciência tranqüila quando retratam fielmente as questões que lhes são postas, as informações que lhes são confiadas. Devem, por elas, igualmente, nutrir o respeito profissional, preservando sempre o direito à contestação.

O espaço destinado à contestação ou à resposta, sempre aberto pela imprensa, e neste caso recusado pelos que se julgaram ofendidos, foi transformado em palco onde se apontam como criminosos os que procuraram, antes, apenas fugir de um outro crime — o da omissão. Encurrala-se, portanto, a imprensa num beco sem saída.

Os jornalistas confiam que a Justiça vença novamente, desvencilhada da instrumentalização a que ela também está sujeita mas rechaça, da mesma forma que a imprensa busca, no direito de resposta, acomodar interesses coletivos ou pessoais conflitantes, tendo como obrigação principal dar guarida à mais vasta gama possível de versões.

Em nome da liberdade de manifestação, pois, os jornalistas protestam publicamente contra a responsabilização criminal por ato e força de quem, antes da denúncia processual, foi intransigente contra o mais fundamental dos quesitos profissionais para o exercício do jornalismo. Salientam que esta intransigência deve ser debitada, não ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, mas, isoladamente, a um Juiz e a um Promotor.

Tentativas como esta colocam na insegurança, não só os profissionais jornalistas, mas a imprensa como instituição e a própria sociedade.

Os jornalistas, como arautos fiéis e imparciais da informação, depositam na Justiça a salvaguarda da liberdade de expressão, fundamento da Democracia."

Assina, o jornalista Desidério Peron pela Diretoria dos Jornalistas do Paraná e o jornalista Washington Tadeu de Melo também assina, pela Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais do nosso País.

É o registro, Sr. Presidente, que nós queremos fazer, ao mesmo tempo, em que hipotecamos desta tribuna a nossa solidariedade a 5 profissionais, que simplesmente, cumpriram a sua tarefa maior e mais importante de divulgar um fato delituoso.

Que a Justiça se volte sim, contra aqueles que prestaram declarações, mas não contra os que, no exercício profissional,

simplesmente fizeram constar, através da imprensa, aquilo que fora dito por terceiros.

Confiamos, da mesma forma, no espírito de justiça que deve nortear a decisão daqueles **que participam neste caso e, como Juiz, certamente esperamos que o responsável pela sentença tenha o discernimento elevado para distinguir o que significa transmitir informações e o que significa dizer para que esta informação seja transmitida.**

O Sr. Nilton Friedrich — Permite um aparte, Deputado? — (Assentimento).

Deputado Airton Cordeiro, queremos trazer também a nossa integral solidariedade, apoio incondicional à sua manifestação, bem como a posição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. É neste instante que precisamos, mais do que nunca, somar todas as vozes para repudiar estas tendências que buscam ferir a liberdade de manifestação. A cada instante em que a imprensa é obstruída na sua ação, fundamental, não é a imprensa que está sendo atingida, é a Democracia, é a Liberdade, é toda a sociedade brasileira.

Por isto, extremamente intempestivo o seu posicionamento e, acima de tudo, a certeza de que podemos nos somarmos com os homens da Situação, porque casos como estes não podem permanecer como se pretende colocar, de uma maneira muito clara, de evitar que a imprensa divulgue os fatos e que possa, aos poucos, ser responsabilizada pelas consequências de males que apenas retrata, quando ela busca informar e até quando busca formar.

Parabéns pela sua posição e receba, por parte da Liderança do PMDB, integral e absoluto apoio, não só o sindicato, a sua manifestação em defesa da liberdade de pensamento, de opinião e, acima de tudo, a liberdade de imprensa, que é fundamental para o presente e para o futuro de todos nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradecemos a oportuna e sensata manifestação de Vossa Excelência, ao mesmo tempo em que, concluindo, afirmamos que temos, efetivamente, o desejo indiscutível de que este País caminhe pela trilha da redemocratização, mas que comece esta sua caminhada por esta importante liberdade, que é a liberdade de imprensa, que significa a materialização da livre manifestação do pensamento nacional.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(O editorial acha-se publicado no final desta ata, atendendo solicitação verbal do Sr. Deputado Airton Cordeiro)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PMDB se pretende usar seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O Horário da Liderança do PMDB será utilizado pelo Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado que nos antecedeu na tribuna, traz ao conhecimento e discussão da Casa, o problema básico da abertura política no Brasil. É evidente que uma coisa não se desliga da outra. Não haverá abertura política, democracia, direitos individuais assegurados se não houver uma imprensa livre para, livremente, circular a informação e colocar os cidadãos desta Nação a par do que acontece com os destinos desta terra.

A mim me parece que quando se processa um jornalista na aldeia porque ele teria publicado notícias de fatos que realmente aconteceram, os quais sejam no caso dos cinco jornalistas do Paraná, de versões realmente proferidas, de palavras ditas alto e bom som, e por isso alguém se arroga o direito de processar aquele jornalista, porque simplesmente leva a notícia ao conheci-

mento dos seus leitores; aquele jornalista não inventa, aquele jornalista não cria, aquele jornalista é um mero instrumento de transladar a notícia que aconteceu para o grande público, para a opinião pública e por isto é processado, entendo, Srs. Deputados, que se ocorre isto na aldeia e na província, é porque nos grandes centros de decisões do País, mentes estreitas ainda existem, apesar de termos revogado o AI-5, apesar de termos uma lei de anistia e apesar do empenho, inclusive do próprio Presidente da República, em abrir o regime. Em abrir os porões de uma ditadura, que com a censura da imprensa, torturou, matou e tripudiou sobre a Nação Brasileira. É evidente que o caso dos jornalistas do Paraná não pode ser separado, aí que acontece hoje com o Boris Cassoy da "Folha de São Paulo", o que aconteceu com Antônio Carlos Vonn, da "Veja", o que aconteceu no recente episódio na Justiça Militar do Paraná, com os jornalistas de Santa Catarina, que apenas transcreveram um artigo que havia sido publicado em outro jornal, o da famosa lista dos depositantes na Suíça.

Hora, Srs. Deputados, como entender uma coisa dissociada de outra, quando na própria imprensa de ontem, nós temos estarrecidos, declarações como estas, do Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que em nota oficial, tenta dizer à Nação brasileira, de que a imprensa está infiltrada de comunistas. É a nota do General Comandante da Polícia Militar Fluminense, Newton Cerqueira. E quando um próprio jornalista lhe indaga: — Mas Sr. General, como estas notícias vasaram da polícia? — E este homem, sem argumentação, diz: — é porque existem infiltração também na própria polícia.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se explorou durante muito tempo e se procura explorar ainda agora, de que todas ou de que todos os acontecimentos e circunstâncias, que deixam o Governo sem uma explicação razoável, sem uma explicação democrática, se procure atribuir a infiltrações comunistas. Não é possível confundir o sentimento de Justiça e de direito de um oficial da briosa Polícia Militar entenda, de que a mentira não deve ter curso, dentro de uma organização policial.

De que militares briosos e conscienciosos sabem e não suportam, que o terrorismo campeie dentro das instituições militares. Este é o ponto nevrálgico da questão; este é o ponto básico do problema da Imprensa Brasileira.

Seriam comunistas todos aqueles jornalistas, que simplesmente ao publicarem notícias, que demonstrem clara e insofismavelmente, de que ainda existem bolsões no regime que são contra a abertura política; que existem mentes de homens com poder, que são estreitas; que só conseguem vicejar onde não existe uma imprensa aberta; onde não existe democracia. Por isso, Sr. Presidente, ao me solidarizar com o pronunciamento do nobre Deputado Aírton Cordeiro, com a classe de jornalistas do Paraná, eu repudio esta declaração proferida na Guanabara, por um General, porque não posso concordar com esta afirmação de que existe infiltração comunista na imprensa.

Ora, Srs. Deputados, Sr. Presidente, qual é o conceito fixado nesta terra para se atribuir desvirtudes, para se atribuir defeitos a um comunista?

O fato de ele divulgar notícias? De ele ser contra o Governo?

E este conceito e esta definição é usada ao bel-prazer, então, contra todos aqueles que, em determinado momento se opõem à diretrizes do Governo.

Daí a razão porque padres, católicos, pastores, protestantes, e, ultimamente até índios, são tachados de comunistas pelo simples fato de que, em determinada situação, a sua posição colidiu, confrontou-se com a posição assumida por alguns setores do Governo.

A nossa solidariedade à imprensa livre, democrática do País, evidente, não pode ser esquecida. Mas, o nosso repúdio, a esses setores, e a nossa vigilância a essas mentes estreitas, tal-

vez seja até mais importante. Porque, se a imprensa livre tem a coragem e assume o risco disso divulgar, é exatamente porque ela, como quarto poder da República, está tão empenhada neste processo de abertura.

Cabe a nós, políticos, tomarmos uma posição definida e corajosa contra estes que fazem as suas investidas de claro e de público, ao tentarem pichar jornalistas de infiltrados, de comunistas.

Porisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é evidente que a abertura política só existirá se com ela existir o pressuposto da imprensa livre, da imprensa digna, da imprensa ativa.

Fica, aqui, a nossa solidariedade aos jornalistas, a nossa confiança de que o Poder Judiciário do Paraná saiba corrigir, porque não se pode, como se disse desta tribuna, confundir um Poder porque alguns homens integrantes deste Poder, tentaram de processar jornalistas.

Confiamos de que o Poder Judiciário do Paraná tenha o bom-senso de repelir esta tentativa torpe, que é o processo contra os jornalistas.

Mas, fica aqui, Sr. Presidente, em nome de nosso Partido, a mais veemente repulsa, àqueles que, estribados num Poder que consideramos ilegítimo, porque todo ele que aí está é ilegítimo; estribados neste Poder, e talvez pretendendo de que ele se torne ainda mais ilegítimo, ao truncar a abertura, de que este Poder se torne mais insensato, ao frear a abertura e criar o retrocesso, pelos métodos escusos, pelos métodos condenáveis que nós estamos vendo, hoje, que não são apenas os de declarar a infiltração comunista, mas que são os métodos sangüinários, do anonimato de largar bombas, de queimar jornais e bancas, como ainda ocorreu anteontem no Nordeste brasileiro; contra estes, fica em nome de nosso Partido, o veemente voto de repúdio e de protesto, porque estes não querem salvar a Pátria, estes querem ver a Pátria envergonhada, querem ver a Pátria garroteada, envergonhada, inclusive perante a opinião pública internacional, quando se proíbe uma cantora de condições e fama internacional, de Joana Baez, como aconteceu, no último fim de semana, em São Paulo, quando parece termos voltado aos tempos mais negros do Governo Médici, que proibiu a exibição, pela televisão, de um espetáculo de "ballet". Proibir-se, agora, em pleno coração de São Paulo, a exibição de uma cantora de fama internacional.

Isso porque as mentes obtusas e o entendimento conservador e reacionário, de alguns funcionários do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, se arrogaram o direito, o arbítrio e a prepotência, de julgarem aquela cantora perniciosa à sociedade brasileira.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre Deputado, como jornalista, quero me congratular com o Deputado Aírton Cordeiro e com Vossa Excelência.

Porque, tudo o que acontece, neste País, o Governo, ou alguns setores do Governo, usam aquela técnica batida e surrada, de apontar infiltração comunista no meio da imprensa. Nós presenciamos o julgamento dos três jornalistas catarinenses, na Auditoria Militar, aqui em Curitiba. Se existe uma Lei de Imprensa que já é draconiana para esses julgamentos, já ainda mais uma espada na cabeça dos jornalistas brasileiros, que é a Lei de Segurança Nacional.

E o pior é que, nesta Casa, alguns Deputados fazem coro às declarações infantis, grotescas, estapafúrdias, como a do Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, culpando a infiltração comunista, na imprensa, por deturpar os fatos do episódio do Rio Centro.

São, infelizmente, companheiros nossos, aqui, sempre estão com a bandeira erguida dessa tese surrada, os Deputados capitalistas, acionistas, da indústria do comunismo que o golpe de 64 criou.

Inclusive, há tempos atrás, Emílio Galveas culpava a im-

prensa do que vinha ocorrendo, e que a imprensa não deveria se ocupar com assuntos econômicos.

Observa-se — e Vossa Excelência colocou de maneira clara — estamos voltando aos tempos negros de Médici, que foi o grande monstro que a Revolução criou. Entre todos os monstros, ele é o maior do golpe de 64. E observa-se uma reação da ala mais conservadora do Exército, em torno de Médici, daí que a declaração de Paulo Malluf não foi uma declaração isolada, quando disse que “tinha saudades dos tempos de Médici”.

Infelizmente, a imprensa que se prepare para receber novos golpes, nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica que resta apenas um minuto para concluir a oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concluirei, Sr. Presidente.

Por tudo isso, achamos que razão assiste ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, quando considera que os jornalistas que fizeram a cobertura do “Rio Centro” estão na mesma condição daqueles que fizeram a cobertura do escândalo de “Watergate”.

Se “Watergate” chocou a grande Nação americana; se o “Rio Centro” chocou, pela possibilidade dos jornalistas poderem transmitir aos seus jornais e levarem ao conhecimento do público, a ocorrência exata e realista dos fatos, é o povo brasileiro, hoje, quem, acima de tudo, pede explicações. Não são os políticos. Estes se uniram até ao Presidente para assegurar-lhe a cobertura e exigir os esclarecimentos dos fatos. Porque, antes do efeito da bomba, há um mais catastrófico, há um mal muito maior, há um muito mais perigoso, é o impacto da mentira, como já se disse. E este, a sociedade brasileira, se quiser a democracia, não pode tolerar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulto à Liderança do PTB. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e solicita do Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Responderam a chamada 35 Senhores Deputados, há “quorum” para deliberação.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/81, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ao Projeto de Lei n.º 32/80, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com a finalidade de consulta a população para a criação do Município de Missal, a ser desmembrado do Município de Medianeira. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 20/81,

(Mens. Govern. n.º 21/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios aqui mencionados, objetivando a aplicação de recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, no Programa Metropolitano de Assistência às populações de baixa renda, nos municípios citados. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 21/81, (Mens. Govern. n.º 22/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a implantação de micro-sistema de água e instalações de saneamento básico, nas localidades de Caragatá e Mato Preto, do referido município. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 23/81, (Mens. Govern. n.º 24/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras quatro séries do ensino de primeiro grau no referido município. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 2.º aniversário da Escola de Recuperação de Alcoólatras e Fumantes, órgão da Associação Brasileira de Temperança, ocorrido no dia 25 transato. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 27/81. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. — Aprovado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

16 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 08, 09 e 10/81.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 112/79, 11, 12 e 13/81 e de Lei n.ºs 49/79 e 16/81.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi solicitada verbalmente pelo Senhor Deputado Airton Cordeiro, em sessão do dia 26 de maio de 1981.

"CONFIANÇA NA JUSTIÇA

Editorial publicado pelo
jornal "O Estado do Pa-
raná"

A Atenção dos homens de imprensa do País é, por extensão, da opinião pública brasileira, está voltada para o Paraná. Aqui se desenrola, no Judiciário, mais uma luta — das tantas que foram travadas nesta Nação, principalmente depois da desordem institucional nascida (e robustecida) após 1964 — na qual está em jogo a primeira das liberdades: a liberdade de imprensa. Primeira, porque dela dependem todas as demais liberdades humanas, todos os direitos e garantias assegurados pela Constituição.

Está nas mãos do Tribunal de Alçada do Paraná a decisão de colocar um paradeiro num dos grandes absurdos que se comete contra profissionais de imprensa, contra o exercício profissional dos jornalistas em geral. Aqui estão sendo processados cinco jornalistas, acusados de terem noticiado entrevista de um juiz de Direito e um promotor público consideraram ofensiva à honra deles.

O processo é uma sequência de barbaridades: primeiramente, tentou-se submeter os jornalistas ao vexame de serem interrogados pela polícia. Um promotor pediu e um juiz mandou um delegado distrital tomar o depoimento de jornalistas acusados de suposto delito de opinião. Uma violência, uma arbitrariedade prontamente impedida de ser concretizada pelos juízes do Tribunal de Alçada do Paraná. Um "habeas corpus", concedido com urgência pela unanimidade do grupo criminal, foi saudado pela inteligência jurídica brasileira como um ato que fortaleceu ainda mais a credibilidade do Judiciário perante a Nação. Uma decisão histórica que firmou para sempre jurisprudência importante para o regime democrático de liberdade humana, de liberdade de imprensa: um jornalista jamais pode ser submetido ao risco da pressão, do constrangimento, da polícia, uma instituição do governo, do Poder Executivo. O profissional de imprensa tem foro privilegiado, só fala perante um juiz de Direito. E ele jamais pode delegar à polícia essa competência, sob pena de submeter a imprensa ao possível arbítrio do Poder.

Processo que foi fruto da intolerância, da intransigência, do comportamento e atitude empedernidos de juiz e promotor, Srs. Altair Ferdinando Patitucci e Paulo Bueno da Luz — ambos se recusaram a receber os jornalistas após as declarações consideradas ofensivas, não quiseram fazer uso do direito de resposta, preferiram ir contra os jornalistas, deixando de lado o autor identificado das declarações etc. —, a ação que hoje constrange ilegalmente os cinco profissionais de imprensa está ganhando um trâmite acelerado na 4.^a Vara Criminal de Curitiba.

O juiz Antônio Carlos Schiebel, que preside o processo já marcou uma segunda audiência, menos de trinta dias depois de a primeira não ter acontecido, a pedido do advogado dos jornalistas, prof. Alcides Munhoz Netto. E no decorrer desta semana, o juiz relator do Tribunal de Alçada, Dr. Adolpho K. Pereira, dará seu voto no pedido de "habeas corpus" impetrado em favor dos cinco acusados. A ordem requerida salienta que os profissionais são "réus de ação penal movida contra partes ilegítimas, em processo em que já ocorreu extinção da punibilidade e que está eivado de nulidades absolutas".

Pediu o jurista Alcides Munhoz Netto a exclusão dos cinco processados, "por ilegitimidade passiva *"ad causam"*"; a decretação da "extinção da punibilidade" estendendo-lhe os efeitos da renúncia dos ofendidos em representarem contra os órgãos de comunicação que também divulgaram notícias análogas"; a anulação do processo, "por violação da indivisibilidade da ação penal"; e "por cerceamento de defesa e falta de

exame de corpo de delito".

O "habeas corpus" tornou-se agora o único remédio para curar esta moléstia que ameaça a saúde da liberdade de imprensa. O juiz da 4.^a Vara Criminal, que poderia ter recusado a denúncia do promotor Édson Luiz Vidal Pinto após a leitura da brilhante defesa prévia apresentada pelo prof. Alcides Munhoz Netto, não se convenceu da absoluta ilegitimidade passiva *"ad causam"*; da figura da indivisibilidade da ação — tão clara nos autos — e marcou a solenidade de apresentação dos réus. Poderia — e estaria praticando a melhor Justiça "sequer permitir que se instaure a ação penal, por inexistir elementos que amparem a denúncia", como o fez, na última quarta-feira, a juíza da 2.^a Vara da Justiça Federal de São Paulo, em questão idêntica, envolvendo o editor responsável da "Folha de São Paulo", jornalista Boris Casoy.

Lá, como aqui, o autor de declarações consideradas ofensivas, não foi processado. Preferiu-se, acionando a medieval Lei de Imprensa, ir contra o jornalista que divulgou a entrevista. A juíza Federal Célia Leite Salibe observou o fato: "Se o parlamentar Getúlio Dias não foi processado, que justa causa haveria para se processar Boris Casoy? Este é um argumento que fala mais alto, pois seria a consagração do *"summum jus summa injúria"* permitir-se ao indiciado o constrangimento de se ver processar, apenas por cumprir um dever de informação, quando o autor da notícia não sofreu qualquer constrangimento".

Infelizmente, o entendimento do juiz da 4.^a Vara Criminal de Curitiba foi outro; permitiu que os jornalistas fossem submetidos ao constrangimento de serem processados.

Sobre a decisão da Justiça Federal paulista, disse a "Folha em editorial, em sua edição de sexta-feira: "A decisão é alentadora. Não só porque resguarda o princípio da liberdade de informação, mas também porque reafirma a melhor tradição de independência da Justiça brasileira".

Reafirmação que poderá ser reforçada com uma decisão favorável do Tribunal de Alçada do Paraná, concedendo o "habeas corpus" impetrado pelo prof. Alcides Munhoz Netto, decisão aguardada para esta semana. No caso, independentemente da repulsiva Lei n.º 5.250 — resquício do período de arbítrio que garroteou o Brasil —, sob cujo amparo ensejou-se o processo contra os cinco jornalistas, comete-se um ato de constrangimento contra profissionais, uma ameaça que se estende a todos os homens de imprensa, que no dia-a-dia divulgam declarações, entrevistas. Enfim, exercem o dever — mais do que o direito — de informar, de manter a opinião pública a par das notícias. De opinar, orientar, de lutar em defesa dos pequenos e das boas causas dos grandes.

"Se há um saldo positivo a registrar do constrangimento absurdo a que Boris Casoy foi submetido, não é simplesmente a constatação de que, graças a uma decisão judicial corajosa, o constrangimento foi temporariamente interrompido. Registremos, sim, o repúdio para quem quiser ver que a atual Lei de Imprensa não corresponde às aspirações democráticas da sociedade brasileira e por isso deve ser revista". Este é o trecho final do editorial da "Folha de São Paulo".

Pois no caso paranaense, neste que agora é submetido à decisão do altivo e respeitável Tribunal de Alçada, a denúncia contra os jornalistas foi além da própria terrível Lei 5.250/67. Atropelou-se até mesmo a lei — torniquete para se alcançar os cinco profissionais, fazendo-se uma ponte sobre quem realmente gerou a notícia. Num passe de mágica, o autor acabou se transformando em testemunha dos que se julgaram ofendidos pelo ato.

Repetimos: a luta que se trava agora coloca em jogo a liberdade de imprensa. O simples fato de um juiz aceitar uma denúncia desse tipo — mesmo sabendo-se que são raras as oportunidades de um Magistrado se deparar com um processo calcado na Lei de Imprensa, daí a falta de prática no julgamento desses casos — provoca, como está provocando, um clima

pesado, grave, de atemorização, entre os profissionais.

Ideal teria sido se nada disso tivesse acontecido. Nem a representação — o juiz e o promotor poderiam ter usado o direito de resposta, por sinal oferecido na época pelos órgãos de comunicação, voluntariamente, pois nunca houve a intenção de agredir os dois que se julgaram ofendidos — nem a tentativa de levar os jornalistas à polícia, nem a denúncia do Ministério

Público, nem a decisão do juiz da 4ª Vara Criminal de aceitá-la.

O ideal não aconteceu. Por isso o "habeas corpus" impetrado junto ao Tribunal de Alçada. Por isso a necessidade de se restabelecer a Justiça, de se anular o processo, de se reafirmar "a melhor tradição de independência da Justiça brasileira".

Tradição, enfim, que honra a Justiça deste Estado, credora da confiança e do respeito dos paranaenses."